

Primeira Turma do STF condena Eduardo Bolsonaro por coação

Por unanimidade, Primeira Turma define pena de quatro anos de prisão

Por Gabriela Gallo

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) condenou, por unanimidade, o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) a quatro anos e dois meses de prisão, pelo crime de coação no curso do processo por tentar interferir no julgamento de seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), que foi condenado pelo STF em setembro de 2025 por tentativa de golpe de Estado. A defesa de Eduardo tem cinco dias para apresentar embargos de declaração, único recurso que cabe.

A Corte ainda determinou o pagamento de 50 dias-multa, no valor de dois salários-mínimos cada dia (atualmente em R\$ 3.036). Além da prisão, em regime semiaberto, a Corte determinou a inelegibilidade por oito anos, além da perda de seu cargo público efetivo (Eduardo Bolsonaro é escrivão concursado da Polícia Federal).

“Do ponto de vista constitucional e político, o Supremo Tribunal Federal reafirma seu papel de guardião do Estado Democrático de Direito”, avaliou o advogado criminalista Antonio Gonçalves.

Segundo Gonçalves, o Brasil pode pedir a extradição de



Luiz Silveira/STF

Decisão pela condenação foi unânime na Primeira Turma

Eduardo para o cumprimento da pena em processo similar ao que ocorreu com a ex-deputada Carla Zambelli na Itália. No caso de Zambelli, o pedido, porém, foi negado pela Corte italiana, que avaliou “parcialidade” do Supremo no julgamento.

Eduardo Bolsonaro está nos Estados Unidos desde 18 de março do ano passado. Segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR) ele articulou em solo norte-americano uma série de medidas para tentar coagir

os magistrados a interromper o julgamento pela trama golpista. Dentre as medidas está a aplicação da chamada Lei Magnitsky contra autoridades brasileiras, como o ministro Alexandre de Moraes – que teve seu nome retirado da lista em dezembro do ano passado – e as tarifas de 40% impostas pelos Estados Unidos a produtos brasileiros em 2025, o primeiro tarifaço.

A Primeira Turma do STF é formada pelos ministros Flávio Dino, Cármen Lúcia, Cristiano

Zanin e Alexandre de Moraes, ministro-relator do caso.

A reportagem ainda conversou com a advogada criminalista do Motta Luiz Advocacia Camila Motta Luiz de Souza. Ela destacou que foi “a primeira vez que o STF condena alguém por usar influência política e articulação com um governo estrangeiro, incluindo tarifas comerciais, suspensão de vistos e sanções da Lei Magnitsky, como forma de pressão a própria Corte”.

“Nessa leitura, o julgamento

sinaliza que pressão internacional sobre o Judiciário brasileiro pode configurar crime, e não apenas desavença política, e reforça a tese da acusação de que a tentativa de golpe de Estado teve continuidade através de uma articulação posterior nos Estados Unidos para tentar reverter ou esvaziar a condenação de Jair Bolsonaro por via diplomática”, completou Camila ao Correio da Manhã.

A advogada criminalista ponderou, porém que, do ponto de vista da defesa e aos críticos do STF, o julgamento pode representar “um risco de expansão perigosa do tipo penal de coação no curso do processo”, já que ela passa a alcançar “manifestação política e atuação diplomática de um parlamentar no exterior, área tradicionalmente protegida pela liberdade de expressão e pela imunidade parlamentar”.

“Os que se opõem ao julgamento chamam atenção para um ponto factual relevante: Alexandre de Moraes foi simultaneamente apontado como alvo das supostas ações de Eduardo Bolsonaro e o relator do processo que o julgou. O próprio ministro respondeu a esse questionamento em seu voto, argumentando que a vítima do crime de coação é a administração da Justiça, e não ele pessoalmente”.

Perto de Trump, Lula faz críticas no G7

Por Gabriela Gallo

No segundo dia da Cúpula do G7, grupo formado pelos sete países das maiores economias do mundo, nesta terça-feira (16), o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump (Republicano), posaram juntos na foto oficial do evento, que ocorre em Évian-les-Bains (França), mas não apertaram as mãos, tampouco se encontram após a foto. Além disso, sem citar o presidente norte-americano, o presidente brasileiro defendeu o multilateralismo e criticou o protecionismo, especialmente econômico, de governos globais.

“Ficamos aprisionados em dogmas que defendem desregulamentação de mercados, Estado mínimo e austeridade fiscal como fins em si mesmos. O neoliberalismo agravou a desigualdade econômica e a crise política que hoje assolam as de-



Ricardo Stuckert / PR

Lula posou com os demais chefes de Estado reunidos no G7

mocracias. Agora, o protecionismo e o unilateralismo ressurgem como respostas falaciosas para a complexidade dos nossos problemas. A distância que separa a prosperidade de Évian da realidade enfrentada por bilhões de pessoas no Sul Global não está diminuindo”, defendeu Lula em sua discurso no G7.

O chefe de Estado brasileiro ainda defendeu que o combate ao crime organizado precisa levar em consideração “a soberania dos Estados”.

“Um deles, é o desafio do crime organizado, que aterroriza comunidades e desvia recursos públicos que deveriam ser direcionados para a construção de

escolas, hospitais e estradas. Esse esforço deve levar em conta do respeito à soberania dos Estados”, disse o presidente brasileiro.

A declaração veio dias após o governo dos Estados Unidos enquadrar as facções criminosas Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) como organizações terro-

ristas – o que permite aos EUA eventualmente intervir no Brasil, além de aumentar fiscalização em produtos e serviços brasileiros, caso os Estados Unidos considerem que estes sejam uma ameaça ao país.

O Brasil não é membro definitivo do G7. Então, Lula discursou na condição de país convidado pelo governo francês. O G7 é formado por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido. A União Europeia (UE) também participa como membro institucional do grupo.

Para além de um possível encontro com Trump, o presidente brasileiro se reuniu com outros chefes de Estado para firmar parcerias econômicas. Um dos encontros desta terça-feira foi uma reunião com a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e com o presidente do Conselho Europeu, António Costa, para discutir revisão de restrições a produtos brasileiros.